

A FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASILEIRA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E RESISTÊNCIA

Maria Ferreira de Sousa¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre o processo de ocupação e desenvolvimento na Amazônia brasileira, principalmente, as questões relacionadas aos conflitos sociais, ambientais e econômicos desencadeados por esse modelo de desenvolvimento na região. Como fontes, optou-se pelas contribuições bibliográficas de autores consagrados na área. A dinâmica de ocupação e desenvolvimento na AMAZÔNIA brasileira foi e continua sendo marcada pela exploração predatória de seus recursos naturais. Sendo esta a maior floresta tropical do planeta e dos últimos espaços que ainda restam alguns recursos para alimentar o sistema capitalista, a Amazônia vem sendo abruptamente destruída nas últimas décadas. Não somente seu espaço vem sendo substituído pelos grandes empreendimentos, como também a sua população, em particular aquelas que mantêm o modo de vida tradicional e que dependem de suas terras para garantir sua sobrevivência. Conclui-se que o desenvolvimento na Amazônia é um desenvolvimento contraditório, porque suas riquezas não são convertidas em investimento local. Enquanto populações tradicionais ou pequenos produtores vivem em constante temor em perder suas terras, o mercado capitalista consegue usurpar cada recurso que ele encontrar, não se preocupando com a sua finitude.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Conflito.

THE BRAZILIAN AMAZON FRONTIER AS A SPACE FOR DEVELOPMENT, CONFLICTS, AND RESISTANCE

ABSTRACT

This article aims to discuss the process of occupation and development in the Brazilian Amazon, especially issues related to social, environmental, and economic conflicts triggered by this development model in the region. As sources, we opted for bibliographic contributions from renowned authors in the area. The dynamics of occupation and development in the Brazilian Amazon was and continues to be marked by the predatory exploitation of its natural resources. This being the largest tropical forest on the planet and the last space that still has some resources to feed the capitalist system, the Amazon has been abruptly destroyed in recent decades. Not only its space has been replaced by large enterprises, but also its population, those who maintain the traditional way of life and who depend on their land to guarantee their survival. It is concluded that development in the Amazon is a contradictory development because its riches are not converted into local investment. While traditional populations or small producers live in constant fear of losing their land, the capitalist market manages to usurp every resource it finds, not worrying about its finitude.

KEYWORDS: Amazon. Development. Conflicts. Sustainability.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM) da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus de Porto Velho-RO. E-mail: mariaferreiratac@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A história de ocupação da Amazônia foi marcada inicialmente pela extração dos produtos da floresta, apesar de haver períodos promissores como a exploração aurífera e a produção da borracha que teve um marco importante na economia do país e no desenvolvimento da região. Mas foi somente a partir da metade do século XX que a ocupação e a utilização do espaço se intensificaram, por meio de medidas adotadas pelo governo federal no intuito de estimular a economia do país e o desenvolvimento da região. Houve grandes investimentos em infraestruturas como a construção de rodovias, a implantação de projetos de colonização, instituição de políticas de incentivos fiscais e linhas de crédito.

A dinâmica de ocupação e desenvolvimento da Amazônia até meados da década de 1960, foi marcada pelo aproveitamento de seus recursos naturais sem causar grandes danos ambientais. A partir desse período, principalmente na fase do governo militar, com a intervenção do governo federal para o aceleração no seu crescimento populacional e econômico, elevou-se em largas proporções as áreas florestais desmatadas. As ações públicas do governo para a Amazônia, principalmente no governo militar, não contemplavam as dimensões ambientais e sociais.

Esse modelo de ocupação da Amazônia que vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX, fundamentado na crença da “modernização” como a única forma de alavancar o crescimento econômico e o “desenvolvimento” da região, sem se preocupar com os graves impactos ambientais, sociais e culturais que esse “progresso” vem causando sobre a população que ocupam esses espaços tem resultado em uma série de conflitos, principalmente, envolvendo populações com práticas tradicionais de relação com a natureza - ribeirinhos, índios, camponeses, seringueiros, populações quilombolas, entre outros - que são muitas vezes, considerados como “povos arcaicos” e “entraves” para esse modelo de política econômica desenvolvimentista.

Essas populações passam a ser classificadas por terem seus modos de vida “tradicionais”, por estarem pautadas em outras temporalidades históricas, configuradas em outras formas de territorialidades e por terem ainda modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais com saberes e fazeres diferenciados da racionalidade capitalista (CRUZ, 2006).

A Amazônia, desde a chegada dos Europeus em 1500, vem passando por um grande processo de transformação, marcado tanto pela ampliação de sua relação econômica com outras regiões do país, como também por sua maior inserção no mercado internacional, que tem influenciado na definição de novas dinâmicas populacionais, econômicas e ambientais para a região. Isso pode ser evidenciado nas atividades econômicas predominantes na região – o aumento na

produção da soja e na agropecuária – responsáveis por parcela expressiva do PIB da região, promovendo grandes desmatamentos, dada sua dependência por terras, além de causar sérios problemas sociais.

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia brasileira, de modo especial, as questões relacionadas aos conflitos sociais, ambientais e econômicos desencadeados por esse modelo de desenvolvimento que tem se transformado em uma luta permanente nesse espaço desde o início de sua ocupação e exploração pelo homem ocidental. Para a escrita do referido texto, optou-se pelas contribuições bibliográficas de alguns autores que discutem tal temática, como Silva (2014), Martins (1980 e 1996), Castro (2017), entre outros citados ao longo do texto. A pesquisa bibliográfica “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 1991, p. 183).

A partir deste estudo é possível concluir que a dinâmica de ocupação e desenvolvimento na Amazônia brasileira foi e continua sendo marcada pela exploração predatória de seus recursos naturais. Sendo está a maior floresta tropical do planeta e um dos últimos espaços que ainda restam alguns recursos para alimentar o sistema capitalista, a Amazônia vem sendo abruptamente destruída nas últimas décadas. Não somente seu espaço vem sendo substituído pelos grandes empreendimentos, como também a sua população, em particular aquelas que mantêm o modo de vida tradicional e que dependem de suas terras para garantir sua sobrevivência. No entanto, podemos considerar que o desenvolvimento na Amazônia é um conceito contraditório, porque suas riquezas não são convertidas em investimento local. Enquanto populações tradicionais ou pequenos produtores vivem em constante temor em perder suas terras, o mercado capitalista consegue usurpar cada recurso que ele encontra, não se preocupando com a sua finitude.

2. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

A ocupação do espaço geográfico da Amazônia se deu primeiramente por populações nativas que já habitavam a região antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus. As atividades praticadas por essas populações baseavam-se na caça, coleta e pesca, limitando-se a áreas de acesso mais fácil ao longo do leito do rio Amazonas. De acordo com relatos de cronistas, presume-se que antes da chegada dos europeus na região, já existia na localidade a ocorrência de extensas redes de troca e comércio e contavam com pousadas e postos de abastecimento ao longo do caminho, apontando para uma possível administração regional (PORRO, 1995).

Após um processo de exploração e colonização inicial, protagonizado por espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e portugueses, a maior parte da região Amazônica ficou sob o domínio de Portugal e Espanha. Com o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, os portugueses ficaram com a porção leste do território brasileiro e os espanhóis com a porção oeste. A partir desse momento, a região Amazônica passa a pertencer aos espanhóis.

Em 1540, os portugueses organizaram grandes expedições a fim de ocupar e explorar a região Amazônica e também proteger a área de possíveis invasores estrangeiros que cobiçavam a região. Em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, no qual quem usava e ocupava a terra tinha direito sobre ela. A partir desse acordo, a região Amazônica passa a pertencer aos portugueses. Segundo Lui e Molina (2009):

A colonização portuguesa na região tinha como principais objetivos garantir a posse do território, dispor de mão-de-obra barata de origem indígena e obter lucro com o extrativismo vegetal. As chamadas "drogas do sertão", como o urucum, o guaraná, o cravo, o cacau, a castanha e alguns tipos de pimenta rendiam bons lucros no mercado internacional e foram alguns dos produtos monopolizados pela metrópole (LUI; MOLINA, 2009, p. 217).

O avanço da ocupação da região Amazônica motivado pela busca às “drogas dos sertões” e também pela realização das missões jesuíticas, proporcionou o surgimento de várias cidades e vilarejos às margens do rio Amazonas. Entre elas estão Gurupá-PA (1639), Santarém-PA (1661), São Gabriel da Cachoeira-AM (1690), Manaus-AM (1699). Além do extrativismo vegetal, também foram introduzidos na região pelos portugueses, a agricultura e a pecuária (MIRANDA, 2007).

Outro grande marco na história de ocupação da Amazônia se deu no período da Revolução Industrial, em que a Inglaterra, operando a todo vapor, encontrou na floresta brasileira sua matéria prima fundamental: a borracha, que foi também chamado de “ouro negro”. Nesse período, milhares de brasileiros, em sua maioria nordestinos, migraram para a região. Esses trabalhadores recrutados para trabalhar nos seringais não tinham direito à terra, eram apenas mão-de-obra para a extração do látex. A produção da borracha possibilitou o aumento da população da região e gerou riquezas, porém concentradas nas mãos daqueles que detinham mais poder local, como por exemplo, os administradores dos seringais.

Em 1910, o foco da exportação da borracha foi direcionado à Ásia, entrando em decadência no Brasil. Entre 1941 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil retorna à rota do comércio mundial. Dessa vez, foram os Estados Unidos que, em plena expansão econômica, passou a interessar-se pela borracha brasileira. A partir desse momento iniciam-se acordos e negociações entre esses dois países.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve o movimento chamado “Marcha para Oeste”, considerado uma importante estratégia para integrar a Amazônia ao restante do país, garantindo assim, suas riquezas. Porém, com o término da guerra, os Estados Unidos, suspendeu a compra da borracha e a Amazônia mais uma vez volta a sua decadência econômica.

No início do período da ditadura militar (1964), objetivando à unificação do país e a proteção da floresta Amazônica contra a “internacionalização”, foi criado em 1966 pelo presidente Castelo Branco, o plano “Integrar para não entregar”. Foi essa onda de ocupação e exploração econômica da região Amazônica que deu início a construção das grandes obras rodoviárias como a Transamazônica (1972) e a Belém-Brasília (1974). Mesmo havendo uma onda migratória de pessoas para a Amazônia e de incentivos oferecidos pelo governo para a produção na região, todas as terras ainda pertenciam à União e aos Estados. Entusiasmados pela exuberante floresta e riquezas encontradas na região, a população da Amazônia aumentou de 8,2 milhões em 1972 para 28,1 milhões de habitantes em 2020².

As últimas décadas do século XX foram períodos de intensa exploração e de desmatamento desordenado na Amazônia. Porém, tais acontecimentos prosseguem aos dias atuais, quando se evidenciam os sinais de destruição na região. De acordo com Edna Castro (2017, p. 9):

O modelo de ocupação da terra na Amazônia, incentivado pela SUDAM dos anos 1970 em diante, de grandes fazendas com financiamento público, e de intervenção maciça na exploração mineral, a exemplo do Programa Grande Carajás, ou de incentivo ao extrativismo de madeiras, associado ao modelo de polos de desenvolvimento, acabou revelando ao mundo outra Amazônia, a da floresta em chamas, de chacinas e mortes de índios e camponeses, de conflitos, de acirramento das disputas na fronteira.

A autora cita o exemplo ocorrido no estado do Pará, os conflitos agrários, a expropriação de populações tradicionais de suas terras, o genocídio indígena, a grilagem de terras, as chacinas e mortes a mando de pistoleiros que registra uma história de violência no processo de colonização e abertura de grandes eixos rodoviários, desde a rodovia Belém-Brasília em 1960 (CASTRO, 2017, p. 9).

É notório que o avanço do capital sobre os territórios da Amazônia tem se intensificado nas últimas décadas. Constata-se um forte agenciamento de grandes grupos, tanto no Brasil como no exterior, envolvidos nas políticas de intervenção e exploração das riquezas da região. Políticas e negociações que são muitas vezes mascaradas por programas que dizem propor um novo desenvolvimento para a região, mas que na verdade não passam de estratégias para continuar

² In: **Amazonia2030**. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-2021/#>. Data de publicação: 8/4/2021. Acesso em 05 jul. 2022.

explorando suas florestas, suas hidrografias, seus solos e subsolos, retirando as suas riquezas naturais e destruindo a sua biodiversidade.

Toda a região geográfica ocupada pela Amazônia, tem despertado interesse de especuladores nacionais e internacionais, que veem nesse lugar a possibilidade de geração de riqueza através da exploração de seus últimos recursos. Esses espaços, conforme Castro (2017, p. 22), “tornaram-se área de expansão do mercado”. A Amazônia vem, paulatinamente, transformando em arena central para as *commodities* agrícolas e minerais no país, conforme apresenta nos projetos e nas ações governamentais implantados na região nas últimas décadas. As obras de infraestruturas instaladas nessa área, de acordo com Castro, tem sido um recurso estratégico de gestão, porque permite mobilizar recursos, acionar parcerias e gerar empregos. No entanto, contribui também para ocasionar profundos impactos ambientais e sociais, como exemplo disso temos os megaprojetos hidrelétricos na Amazônia financiados pelo BNDES³.

Castro (2017, p. 31), aponta que esses grandes empreendimentos nem sempre tem contribuído para o desenvolvimento do lugar ou da região onde são instalados. Ela apresenta o exemplo do estado do Pará, onde foi construído a hidrelétrica de Tucuruí em 1984, possuindo a energia mais cara do país, e os diversos municípios que circundam a região apresentavam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deplorável, além de ter suas florestas devastadas e as populações indígenas que viviam naquele local teve que sair de suas terras.

3. A FRONTEIRA AMAZÔNICA COMO ESPAÇO DE CONFLITOS E RESISTÊNCIA

Na geografia, o termo “fronteira” traduz uma área, um limite de ocupação de um espaço. Quando o conceito de fronteira está se referindo à fronteira agrícola, surge a partir desse contexto, as “frentes de expansão” e as “frentes pioneira”. Nesse sentido, as “frentes de expansão” são os primeiros processos de ocupação ligados às atividades de agricultura orgânica e familiar. Geralmente, são áreas naturais, ocupadas por pequenos produtores sobre terras devolutas, terras públicas no meio rural. Em contrapartida, as “frentes pioneiras” estão relacionadas ao avanço dos grandes produtores rurais, representantes do agronegócio, voltados para a produção comercial interna e externa, representando, dessa forma, um modo de produção inteiramente capitalista.

Considerando que na América Latina a última grande fronteira a ser ocupada é a Amazônia, em particular a Amazônia brasileira, ou a “última fronteira terrestre que desafia a tecnologia

³ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, no segundo governo Vargas, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira.

moderna”, como observa Posey (1982, p. 89). Cabe aqui compreender como a ocupação desse espaço ocorreu ao longo da história. De acordo com Martins (1996): “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (Martins, 1996, p. 26).

Os conflitos na Amazônia ganharam visibilidade a partir de 1960, em função da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas que também propiciaram a expansão urbana e industrialização em toda a região. Concomitante a esse processo desenvolvimentista, surgiram graves conflitos entre populações que já ocupavam esses espaços, que presenciando a sua destruição, o desflorestamento da Amazônia, inauguraram-se os embates.

Para Santos (2010, p. 9) “é no espaço geopolítico da fronteira econômica na Amazônia que vamos encontrar o trabalhador rural (posseiro), o ‘gato’ (pistoleiro) e o ‘proprietário’ (grileiro) de terras e de gentes”. De acordo com Santos e Silva (2011, p. 2), para a massa migrante, terra significa espaço para plantar bens de subsistência, portanto, torna-se indispensável a sobrevivência da família. Enquanto para os empresários e grandes empresas detentoras do capital internacional, terra é objeto de especulação. Martins (1980, p. 43; 1991, p. 43), em seus estudos sobre fronteira amazônica, criou as categorias “terra de negócio” e “terra de trabalho” que são duas categorias antagônicas e caracterizam muito bem o processo de luta e ocupação de espaço na Amazônia. Os conflitos geralmente são gerados pelos violentos processos de disputa pela posse da terra, transformando a terra como local de vida e de trabalho em mercadoria para introdução e consolidação do capitalismo agrário.

Conforme assinala Martins (1996), a história contemporânea da fronteira no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais. Entre 1968 e 1987, diferentes tribos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques organizados, principalmente, por grandes proprietários de terra, com a participação de seus pistoleiros usando armas de fogo. Do outro lado, diferentes tribos indígenas realizaram pelo menos 165 ataques a grandes fazendas e a alguns povoados, entre 1968 e 1990, usando muitas vezes armas primitivas como bordunas e arco-e-flecha. Houve situações em que diferentes tribos fizeram ataques a diversos lugares no mesmo dia.

Barp et al (2003, p. 8) caracteriza o processo de ocupação da Amazônia como espaço social em formação e apresenta os atores sociais desta demanda. Segundo ele:

Há uma forma de violência de fronteira ligada a processos peculiares de acumulação de capital, [...]; a fronteira deve ser analisada como um espaço de conflitos de interesse entre várias categorias sociais, isto é, como um espaço contestado (SCHMINK e WOOD, 1992). Nesse espaço contestado, o conflito nem sempre se manifesta entre classes sociais. Poderíamos dizer que a Amazônia é um espaço social em formação, e ali, em vez de classes sociais, há grupos ou categorias sociais em disputa pelo espaço.

Não somente os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra, estavam também nessa constante batalha os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, que foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito à terra.

Ainda destaca Martins (1996):

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (Martins, 1996, p. 27).

Foram esses e muitos outros episódios ocorridos concomitante aos avanços do mundo do colonizador. O rompimento das fronteiras geográficas contribuiu para a expansão do capital, o avanço das tecnologias, a modernização dos meios de produção, a miscigenação de raças e culturas. Em contrapartida, conseguiu também, ao longo da história, provocar o genocídio de diversos povos indígenas, a destruição de muitas culturas, línguas e etnias, que não foram assimiladas e valorizadas pela cultura do Ocidente branco.

Não somente os povos indígenas, como também os camponeses, os pequenos trabalhadores rurais, os ribeirinhos, os quilombolas, enfim, toda essa população que habitavam essa região antes da chegada dos colonizadores portugueses e grandes latifundiários, foram vítimas de diversos tipos de violências e escravidões.

Para Martins (1996), esses conflitos são decorrentes de diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos, o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.

É importante observar que o rompimento de linhas de fronteiras sempre está acompanhado com os avanços das atividades econômicas, e que, quando elas se rompem, geralmente geram diversos conflitos, entre eles conflitos sociais, culturais, ambientais e étnicos. De acordo com Fonseca (2021, p. 73):

A conquista europeia na Amazônia provocou a primeira grande reviravolta nas estruturas sociais da região, substituindo progressivamente aquele primeiro mundo, construído pelo processo de colonização indígena, pelo mundo do conquistador, em um processo que progride até os dias atuais.

Celso Furtado (2000) afirma que durante o primeiro ciclo da borracha migraram para a Amazônia aproximadamente meio milhão de pessoas. Considera-se então que nesse espaço, esses indivíduos são frutos de uma longa história de trocas culturais e de mestiçagem. Cabe destacar aqui as considerações de Fonseca:

quando esse indivíduo passa a viver em um novo espaço, em um novo meio social, sua total adequação a esse novo meio não é imediata. Intermediarão as adaptações forçadas por essa mudança em dois aspectos: esse novo meio social está em construção, e o indivíduo transplantado, embora seja forçado a realizar adaptações no seu comportamento, nunca se despe inteiramente do mundo que abandonou ou foi forçado a abandonar. Hábitos e crenças desses indivíduos desenraizados possuem a capacidade da adaptação, mas também, resiliência (FONSECA, 2021, p. 44 - 45).

Desde o início da ocupação da Amazônia, antes pelos colonizadores europeus, em seguida pelos nordestinos que migraram significativamente para essa região para trabalhar nos seringais, possibilitando que muitos fixassem na região. Esses deslocamentos, de certa forma, geraram um aumento expressivo da população e sua ocupação massiva, violenta e rápida da região ocorrida a partir do golpe de Estado em 1964, e do estabelecimento da ditadura militar, em que a Amazônia se transformou num imenso cenário de ocupação territorial.

De acordo com Santos e Silva (2011), os conflitos no campo na região leste da Amazônia vêm ocorrendo desde as décadas de 70 e 80. Esses autores afirmam também que “é nesse espaço de luta, onde consubstancia-se as ambições dos agentes sociais envolvidos, que ganha sentido quando afirmamos que o desenvolvimento da Amazônia produziu (e produz ainda) mártires” (SANTOS e SILVA, 2011, p. 3).

A intenção do governo brasileiro em povoar a Amazônia prometendo terras às famílias pobres que ali ocupassem e atendessem as exigências estabelecidas, provocou um crescimento imediato da população na região, iniciando na sua parte leste. Porém, com a falta de planejamento por parte do governo nas formas de ocupação dessas terras, desencadeou com o passar dos anos, diversos desentendimentos e conflitos entre os agentes sociais que chegavam na região com interesses adversos.

Desde a década de 1970 que a porção oriental da Amazônia brasileira se transformou no palco de uma guerra silenciosa que às vezes explode, expondo ao mundo o lado mais cruel da violência: trabalho escravo, tortura, assassinatos e chacinas de homens, mulheres, crianças ou idosos, agricultores ou trabalhadores urbanos, indígenas, leigos ou religiosos (SANTOS; SILVA, 2011, p. 3).

Inúmeros são os casos de vítimas envolvidas em conflitos no campo, a maioria desses conflitos envolvendo trabalhadores rurais, populações indígenas, seringalistas, entre outros, que vivem em constante temor em perder seus territórios, nos quais construíram seus modos de vida,

suas formas de subsistência, suas relações culturais e sociais. Cada ano que se passa esses mesmos episódios se repetem, enquanto isso se percebe a omissão do Estado que pouco se importa com a situação.

Mas a luta desses povos que vivem à mercê da vontade do Estado não para. Eles não cansam de denunciar às injustiças e suas situações de desamparo. Podemos citar dois (entre muitos outros exemplos) de lutadores e defensores da floresta e das populações que nela constroem suas vidas: o seringueiro e ambientalista Chico Mendes e a missionária Irmã Dorothy, que lutaram com todas as suas forças em defesa da floresta amazônica e das famílias que ali viviam e retiravam seus sustentos. Ambos defendiam a Amazônia e seus habitantes e lutavam por um modelo de desenvolvimento sem destruição da floresta.

4. AS CONTRADIÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

É praticamente inviável falar em desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade na Amazônia sem fazer relação com a questão ambiental. E quando se tenta discutir a temática voltada para políticas ambientais, diversos interesses se confrontam. Atores econômicos, políticos e sociais têm muita dificuldade para chegar a um consenso, visto que cada um destes atores visa o que é de seu interesse particular, tornando-se assim um impasse para a implementação de uma política ambiental com desenvolvimento sustentável.

De acordo com Filho e Vieira (2017, p. 120): “Até mesmo setores governamentais, conectados com o tema, enxergam o meio ambiente como um freio ao desenvolvimento econômico [...]”. Esses mesmos autores também destacam que a legislação ambiental brasileira é precisa, mas o que dificilmente acontece é a sua aplicabilidade como deveria.

Na visão de alguns estudiosos ambientalistas, o termo “desenvolvimento sustentável” como vem sendo muito propagado nos tempos atuais, denota uma realidade totalmente ambígua, e não passa de uma estratégia do poder hegemônico capitalista para camuflar a realidade apresentada. Nota-se um certo esvaziamento dessa expressão pelos movimentos e setores mais críticos da sociedade. Isso pode ser evidenciado na própria inversão de valores da expressão, no qual prioriza a primeira palavra “desenvolvimento”, deixando a “sustentabilidade” para um segundo plano (PINTO, 2017, p. 166).

Concordando com essa ideologia impregnada pelo desenvolvimento, Latouche (2010, p. 221) afirma que “o uso do termo desenvolvimento preenche perfeitamente a missão que Marx atribui à ideologia: mascarar os interesses do capital por trás da ilusão de um interesse geral, paralisando assim a resistência das vítimas”.

A teoria do desenvolvimento, segundo Escobar (2005), apresenta três períodos com diferentes abordagens: *a teoria da modernização*, de 1950 a 1960 sob a premissa do crescimento aliado ao capital, a ciência e a tecnologia; *a teoria da dependência*, de 1960 a 1970 acreditando que as raízes do subdesenvolvimento estavam na relação de dependência externa e na exploração interna, e não na falta de capital, tecnologia ou valores modernos; e a terceira fase, que é o surgimento dos modelos alternativos de desenvolvimento, de 1980 a 1990 com acentuadas críticas ao desenvolvimento.

Pollyana Silva (2014) apresenta em seu artigo “Desenvolvimento sustentável e suas contradições”, algumas reflexões sobre questão ambiental e desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Segundo essa autora:

Durante todo o processo de desenvolvimento e progresso do sistema capitalista, não deixando de segundo plano a intensificação da produtividade e das forças produtivas que o mesmo engendrou ao longo dos anos, é relevante destacar a despreocupação que determinado modo de produção fez-se referente à sua matéria prima: a natureza (SILVA, 2014, p. 108).

É importante destacar que é por meio da utilização e da transformação dos recursos encontrados na natureza, juntamente com a técnica, o trabalho e o conhecimento humano, é possível alcançar o processo de produção. Até o século XVIII, a produção era feita com uso de instrumentos simples aliados com a força humana e tração animal. Após a Revolução Industrial, com a invenção das máquinas, houve uma grande alteração nos meios de produção que, aliando-se ao avanço da ciência e da tecnologia, essa produção vem se intensificando cada vez mais. Esse avanço desenfreado na produtividade tem gerado efeitos irreversíveis na natureza, provocando devastações ambientais em todos os sentidos.

O processo de exploração exacerbado, o desmatamento, a usurpação da vida orgânica e inorgânica da natureza têm corroborado para os sinais de esgotamento nas últimas décadas, apontando para um agravante esvaziamento dos recursos naturais. Essa deterioração do meio ambiente é visível quando se observa o entorno da sociedade construída a partir da década de 1970 (SILVA, 2014).

A relação entre homem e natureza demonstra um cenário atual de iniquidades sociais e ambientais. O homem primitivo beneficiava da natureza para se proteger, alimentar e garantir a sua sobrevivência. À medida que desenvolvia e dominava algumas técnicas, consequentemente, resultava em uma nova relação entre homem e natureza, como exemplo, a relação de domínio sobre aquele território. A partir desse pensamento, o homem entende que é capaz de controlar, transformar e solucionar todos os problemas e direcionar os recursos naturais conforme suas vontades.

No transcorrer da Idade Moderna, mudanças profundas ocorreram no campo econômico, político e científico. Estabeleceu-se um novo modo de pensar e agir, o método cartesiano simplificou, individualizou e racionalizou a percepção e a apreensão das coisas do mundo.

A partir do século XVIII e XIX, no auge das grandes Revoluções Industriais, todo o consumo se baseava na exploração desenfreada dos recursos naturais e do trabalho, além de estimular o consumismo, o individualismo e a competitividade. De acordo com Garcia (2011, n.p.), “tal perspectiva evidenciava que o homem, por intermédio da técnica e da ciência, seria capaz de compensar todos os impactos negativos causados pelos processos produtivos na natureza e na sociedade”.

Essa guinada tecnológica ocasionada pela Revolução Industrial proporcionou um avanço importante para a humanidade, mas também resultou em graves problemas ambientais e sociais. Naquele período não se pensava em um ambiente ecologicamente saudável e muitos menos se preocupava com as desigualdades sociais existentes. A poluição das fábricas era vista como sinal de “riqueza”, “progresso” e “prosperidade”. Na época da segunda Revolução Industrial propagava-se a seguinte frase: “Onde há poluição, há progresso”⁴. Essa era a mentalidade que se tinha na época, enquanto os operários que trabalhavam nas fábricas viviam em péssimas condições de vida, em uma sociedade extremamente desigual. Esse sentimento contribuiu para consolidar um modelo de sociedade idêntico ao atual, pautada na produtividade e no consumismo exacerbado.

Preocupados com os estragos já consumados pela ação do homem sobre o planeta, a poluição do ar, rios e mares, as alterações climáticas, o aumento dos resíduos, a destruição das florestas, enfim, todas essas degradações fizeram com que grupos de estudiosos, ambientalistas, ativistas, ONGs e ONU em 1972, se reunissem em Estocolmo na Suécia, para discutir e propor medidas para conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

A partir desse momento, diversas outras conferências aconteceram e vem acontecendo, inclusive a Eco-92 ou Rio-92 que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, em que foi criado a Agenda-21, com a participação de 179 países se comprometendo em criar estratégias e soluções para diminuição dos impactos ambientais.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), coloca a questão ambiental e a Amazônia na pauta das grandes discussões mundiais. Essa ideia de que as florestas precisam ser preservadas conquistaram o imaginário popular.

⁴ In: Sustentabilidade: conceitos, definições e exemplos. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 12 set. 2022.

Porém, nessa mesma década, a soja avança sobre a Amazônia, seu grão que desde 1970 vem destacando entre os principais produtos de exportação do país, foi adaptada ao cerrado, passando a ser um dos vilões do desmatamento na região. Sem falar da pecuária que foi introduzida em larga escala na Amazônia e passa também a ser responsável pelo desmatamento de grandes áreas da Amazônia Legal. Acrescenta-se nesse rol muitos projetos destinados à extração e exportação de minérios, grandes usinas hidrelétricas que exploram o potencial hídrico dos rios, entre outros.

Enfim, as políticas para o desenvolvimento da Amazônia sempre foram políticas de investimento capital, e suas fronteiras foram no passado e são no presente, fronteiras de exploração de recursos naturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa lógica do desenvolvimento na Amazônia contribuiu para provocar, desde o início de sua ocupação pelo mundo ocidental, a desestruturação das sociedades que já ocupavam essa região, a exploração da força de trabalho dessas populações, o desmatamento desordenado para a produção de gado, vendas ilegais de madeira, exportações de grãos, instalações de grandes usinas hidrelétricas e outros empreendimentos econômicos privilegiando empresas multinacionais e transnacionais, que dispõem de tecnologias de última geração e de capital ávido para ser empregado onde a lucratividade exceda os níveis alcançados em seus países de origem.

Com o aval dos estados nacionais, a atuação capitalista prevalece, sem nenhum impedimento, agindo sobre os países retardatários, principalmente aqueles que possuem áreas já subordinadas pela ação colonialista. O Brasil e, por extensão, sua mais valiosa peça de barganha, a Amazônia brasileira, enquadra-se nesse conjunto de países, ainda ditos de terceiro mundo e, para a infelicidade de sua gente, a região destaca-se pela riqueza da sua biodiversidade e pelas suas potencialidades minerais, hídricas, agropecuárias e locais (NASCIMENTO e SÁ, 2021, p. 390).

Fundamentado na crítica apresentada pelas autoras, é possível afirmar que o desenvolvimento na Amazônia é um modelo de desenvolvimento que não visa desenvolver a região com investimentos locais e melhoria na qualidade de vida e de trabalho de suas populações, ao contrário, a maior parte das riquezas produzidas na região são destinadas ao mercado exterior, e o que fica, concentra-se nas mãos de poucos.

Como pensar em um desenvolvimento sustentável na Amazônia em face do avanço desenfreado da produção capitalista? Não seria isso uma utopia? Percebemos que a cada avanço

que ocorre no capital, acelera também a destruição da natureza, desmistificando assim o slogan capitalista da sustentabilidade.

Sem sombra de dúvida podemos afirmar que é o sistema capitalista o principal causador de tanta destruição, este geralmente vem representado pelas grandes multinacionais, empreiteiras ou outras construtoras interessadas somente no lucro, que instalam seus empreendimentos no meio da Amazônia, não se importando que para isso seja preciso acabar com as nascentes de água doce, matar espécies nativas ou expulsar moradores do lugar onde construíram suas vidas. Diante dessa tal situação em que se chegou a humanidade e da ameaça de sua própria destruição, o que resta é a construção de um novo projeto construído pelo povo e para o povo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 10-28.

CASTRO, E. M. R. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CRUZ, V. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia**. Goiânia: Terra Livre, Ano 22, v. 1, n. 26, p. 63-89 Jan-Jun/2006.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO. 2005b. p. 133 a 168.

FILHO, P. G. S.; VIEIRA, L. A. T. K. Temas de política ambiental: políticas públicas, ambientes, realidades e deságios para o Brasil. In: PINTO, J. B. M. (Org.) **Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento**. 2ª ed. Belo Horizonte: Instituto DH, 2017. p. 113-129.

FONSECA, D. R. **Formação das populações rurais Amazônicas: gênese, desenvolvimento e características**. Porto Velho/RO. 2021.

GARCIA, T. S. L. Temas socioambientais, cooperação internacional e sustentabilidade: as perspectivas das relações entre território-poder no século XXI. In: **3º Encontro Nacional**, 2011, São Paulo. Anais... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais: USP, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. 205p.

LATOUCHE, S. Existira uma vida após o desenvolvimento? Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 16, n. 2, p. 217 – 230, 2010.

LUI, G. H.; MOLINA, S. M. G. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônica**, v. 1, n° 1 (2009). Disponível em: <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/amazonica/article/view/156>. Acesso em 02 mar. 2023.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MIRANDA, E. E. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOTA, A. E.; SILVA, M. G. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. In: **Revista Praia Vermelha**: vol. 19, n°2, Rio de Janeiro: UFRJ. ESS, 2009.

NASCIMENTO, N. S. F.; SÁ, M. E. R. Da acumulação primitiva à moderna expropriação na Amazônia Paraense: reflexões à luz da teoria crítica. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n. 2, p. 381–393, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45090/25228>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PINTO, J. B. M. (Org.). **Da Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade com Desenvolvimento**. 2ª ed. Belo Horizonte: Instituto DH, 2017.

PORRO, A. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Petrópolis: Vozes, 1995.

POSEY, D. A. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó indians of the Amazon face the future. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 1982, v. 25., Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, USP/SP;

SANTOS, V. F.; SILVA, O. P. A fronteira amazônica brasileira produzindo desenvolvimento econômico e mártires. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011;

SANTOS, V. F. À ferro e fogo: a destituição de poder de luta de uma mulher que se fez brasileira. Artigo apresentado no **II Congresso Internacional Ciências, Tecnologías y Culturas**. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento mirando al futuro de América Latina y El Caribe, realizado no período de 29/10 a 01/11/2010, em Santiago/Chile.

SILVA, M. G. **A (in)sustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, P. L. M. Desenvolvimento sustentável e suas contradições. **Revista Internacional de Ciências**. v. 4 - n. 2 · jul./dez. 2014. Universidade Federal Fluminense.

Data de submissão: 24/11/2022

Data de aprovação: 02/03/2023